

O efeito UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro) nas representações sociais de violência e de favela: o Rio possível

The UPP (Unidades de Polícia Pacificadora – Pacification Police Units) effect in the social representations of violence and the Rio favelas (shantytowns): a potential Rio

Kátia Pires Gonçalves
Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da UERJ.
E-mail: katpires@uol.com.br

RESUMO:

O presente estudo insere-se em uma pesquisa maior sobre mídia, representações sociais e violência urbana na Cidade do Rio de Janeiro e objetiva contribuir com as reflexões acerca das transformações do espaço urbano contemporâneo e a violência observada nas grandes cidades, considerando a intensa fragmentação cognitiva e valorativa de seus habitantes. Para tanto, constituiu-se um quadro referencial teórico, baseado no entendimento de Bárbara Freitag e Yves Pedrazzini, articulando-o com um caso concreto: o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: mídia; violência; globalização.

SUMMARY:

The present study is incorporated to a broader research project concerning the media, social representations and urban violence in the city of Rio de Janeiro and intends to contribute with considerations regarding the transformations to the contemporary urban spaces and the current violence occurring in the major cities, considering the intense cognitive fragmentation and loss of moral values of their inhabitants. For such, a frame of theoretical reference was defined, based on the considerations of Bárbara Freitag and Yves Pedrazzini, through its articulation as a de facto case: the Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) of Rio de Janeiro.

Key words: media; violence; globalisation

Introdução

O mundo nada pode contra
um homem que canta na miséria.
(SABATO, 2008, p.91)

Historicamente, no Rio de Janeiro, reuniram-se condições muito favoráveis à proliferação da violência urbana, em função da patente fragmentação observada na cidade. Pequeníssima parcela da população, a abastada, concentra-se na estreita faixa litorânea, onde tem acesso aos melhores bens e serviços públicos e privados. Os índices sociais ali registrados (escolaridade, renda etc.) diferem significativamente do restante da cidade, sobretudo se comparados com os números registrados nas favelas, territórios carentes de toda a infraestrutura e serviços.

Apesar do considerável distanciamento social, cultural e econômico, no Rio de Janeiro observa-se uma peculiaridade territorial: muito pobres e muito ricos convivem proximamente, em função das dezenas de favelas localizadas nos morros da Zona Sul carioca e da Tijuca, bem como em assentamentos irregulares próximos à Barra da Tijuca, São Conrado e Recreio dos Bandeirantes, bairros que também abrigam as classes média e alta. A tensão é permanente e inevitável, levando a confrontos e fissuras, em fenômeno bem descrito por Zuenir Ventura, em *Cidade Partida* (VENTURA, 2010, p.88).

Por muitos anos, a política de remoção de favelas prevaleceu, com a extinção de diversas comunidades e a transferência de seus moradores para áreas menos valorizadas da cidade. Movimentos de resistência, entretanto, começaram a surgir ainda na década de 1950, incrementando-se nas décadas seguintes. Os favelados lutaram por seu direito à cidade e isso deu resultado. A questão foi definitivamente enterrada com a edição da Lei Orgânica do Estado, que proibiu a remoção(1).

Ideologias, entretanto, não são alteradas por legislação, e segmentos da sociedade carioca jamais deixaram de alimentar grande repulsa por esses aglomerados urbanos desordenados e, também, por seus moradores. A situação agravou-se, consideravelmente, quando esses territórios passaram para o domínio do tráfico e das milícias, transformando-se em centros irradiadores de violência e insegurança.

2. A globalização da economia e o processo de megalopolização: a análise de Bárbara Freitag

(...) favelas e invasões tomaram conta dos morros e seus habitantes estão “sitiando” a cidade legal, que, por décadas, ignorou o potencial explosivo da cidade ilegal. (FREITAG, 2008, p.167).

Freitag, em estudo sobre urbanização, desenvolve interessante ensaio acerca do processo de megalopolização, tendo como objetos a Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires e Rio de Janeiro (2008, p.153-190). Conceitua megalopolização como um padrão específico de urbanização que ocorre em decorrência da globalização da economia, em que, por conjunção do crescimento vegetativo e levas migratórias descontroladas, cidades ou metrópoles foram rapidamente transformadas em megalópoles, ou seja, em locais povoados por mais de 10 milhões de habitantes, aumentando suas populações em até oito vezes nas últimas três ou quatro décadas do século XX. O elemento identificador desta categoria é “o crescimento descontrolado, desregrado da população urbana, que faz transbordar os limites naturais e administrativos da cidade, tornando-a insustentável”.

Registra que tal processo foi acompanhado da “poluição do ar, da água (mananciais e lençóis freáticos), do desequilíbrio ecológico e da desorganização social (anomia, violência, tráfico de drogas e armas etc.)” (2008, p. 153). Esse fenômeno reflete-se no tecido urbano, que se torna um híbrido de construções de alto luxo e de condomínios fechados, de um lado, e favelas e invasões, de outro, em um confronto intitulado, por Freitag, de “cidade legal” x “cidade real” (2008, p. 154).

Prossegue a pesquisadora esclarecendo que as metrópoles diferem das megalópoles, caracterizando-se por serem cidades grandes, com tradição histórica centenária ou milenar. Suas populações ficam em torno de 5 milhões de habitantes, localizam-se, em regra, no hemisfério norte, reunindo grande riqueza material e simbólica. Como exemplo: Berlim, Lisboa, Roma. Em função de políticas de contenção demográficas, conseguiram evitar as “invasões bárbaras”, as “levas migratórias descontroladas”, livrando-as da “destruição de seu tecido urbano e de suas tradições culturais” (2008, p. 154). As “cidades globais” também diferem da megalópole, configurando-se como sedes do capital financeiro mundial por conjugarem fatores como alta tecnologia e infraestrutura diferenciadas, capazes de justificar a concentração de sedes de grandes empresas e “garantir a globalização da economia” (2008, p. 155).

A questão central do estudo de Freitag é: as megalópoles, em função de seu crescimento desordenado e dos profundos problemas sociais e econômicos daí decorrentes (de complicada ou impossível solução), ainda podem alimentar a pretensão de se tornarem metrópoles ou cidades globais? Em outras palavras, a incapacidade de deterem o processo de inchaço de seus territórios (e as consequências que daí advieram), não as terá desviado do caminho do desenvolvimento regular e sustentável, levando-as, com isso, a perder o bonde da história?

(...) parto da tese central de que os processos de megalopolização das cidades latino-americanas durante a segunda metade do século XX, e que ainda estão em curso, são menos frutos de seu passado histórico colonial e mais resultado da globalização da economia de mercado, em curso desde a segunda metade do século XX. A megalopolização

das quatro cidades a serem analisadas aponta para duas tendências: deixaram de ser potenciais metrópoles (nos moldes das metrópoles europeias) e dificilmente virão a ser cidades globais no sentido de Saskia Sassen(2), apesar de algumas vozes positivas (...) acenarem com essa possibilidade. (2008, p. 155)

(...) altas taxas de violência, a falta de segurança e o alto índice de poluição (...) [são] fatores que dificultam sua integração no rol das cidades globais. (2008, p. 158)

A megalopolização resulta de transformações estruturais nacionais e internacionais, em especial, da globalização da economia de mercado, que redefiniu o cenário mundial com novos padrões de produção e consumo. As quatro cidades objeto do estudo experimentaram processos iniciais de urbanização que sanearam e embelezaram a cidade, nos moldes de cidades europeias. Caminhavam para a metropolização.

Surgiu, entretanto, o processo de globalização das economias mundiais, que, em “ritmo frenético (...) provocou um crescimento da riqueza do capital internacional jamais visto”, dando origem a “novos padrões de organização das cidades e processos de urbanização” (2008, p. 174), mais comuns nas cidades do Sul, mas também observável na Cidade do México:

(...) estudaremos as quatro megalópoes latino-americanas cujas reminiscências metropolitanas foram sendo apagadas pelas sucessivas levas de emigrantes, que quantitativa e qualitativamente destruíram a cidade legal preexistente e “criaram” um padrão e cidade real (legal e ilegal) que já não é metrópole nem (ainda?) cidade global, como acima definida. (2008, p. 157)

Volta-se, neste momento, ao ponto central das reflexões de Freitag: as megalópoles latino-americanas teriam (agora ou em um futuro próximo) condições de preencher as exigências dessa moderna sociedade informacional a fim de usufruírem da “espetacular riqueza gerada pela globalização?” (2008, p. 174) E, questiona-se, em caso positivo, os esforços despendidos neste sentido, valeriam a pena?

Freitag informa que estudos acerca da Cidade do México, São Paulo e Buenos Aires(3), revelaram, em apertada síntese, o que se segue:

- Estas cidades não serão capazes de resolver, no curto e médio prazos, os profundos problemas que a megalopolização gerou na segunda metade do século XX;
- O esforço dessas cidades para atrair o capital financeiro nem sempre será recompensado, tendo em vista a volatilidade deste capital, que facilmente se volta para outros mercados, dependendo das condições oferecidas;
- As megalópoles estudadas dificilmente terão condições de competir com cidades como Miami, Los Angeles, Zurique, Frankfurt, Paris e Xangai, em função do considerável “peso morto” que seu contingente populacional inativo representa.

Tais conclusões confirmam o entendimento inicial de Freitag, de que “difícilmente as megalópoles de hoje terão condições de regredir e voltar atrás, reconstituindo os padrões urbanos que haviam alcançado na fase de industrialização, como metrópoles” (2008, p. 176).

Embora a cidade do Rio de Janeiro não tenha sido objeto do estudo supracitado, parece razoável que as mesmas conclusões possam ser a ela estendidas. É desse pressuposto que partiremos oportunamente.

3 - A violência da Globalização e seus reflexos sobre a urbanização e violência urbana: análise de Ives Pedrazzini

O pânico das cidades é a incerteza da globalização projetada em solo urbano. (PEDRAZZINI, 2006, p. 90)

Cidade e violência também são preocupações de Yves Pedrazzini, pesquisador do laboratório de Sociologia Urbana da Escola Politécnica Federal de Lausanne, na Suíça e coordenador dos trabalhos sobre violência e segurança urbanas na África e na América Latina, no âmbito do Programa Nacional de Expertise em Pesquisa “Nord-Sud”. Em sua obra, “A violência das cidades”(4), Pedrazzini apresenta alguns entendimentos centrais, em torno dos quais todo seu pensamento se desenvolve.

O primeiro deles é que a violência urbana decorre da violência da urbanização, que, por sua vez, decorre da violência da globalização.

A violência urbana deve ser analisada como um sistema socioespacial dinâmico, cujos elementos estruturantes seriam a economia liberal globalizada e a cidade, como modelo ambiental hegemônico. A partir desses dois elementos fundadores de nossa “civilização”, entrariam outros componentes especificamente sociais (crescimento das desigualdades), políticos (criminalidade da pobreza), espaciais (fragmentação do território) ou ideológicos (sujeição da democracia à insegurança) que se combinariam entre si para traçar um “projeto de sociedade” selvagem e inquietante. Cabe, portanto, analisar como os principais setores da economia global instauraram um determinado modelo de urbanismo, de arquitetura e de cidades globais, e, desde então, com a urbanização contemporânea globalizada, começou a impor práticas sociais e espaciais que contribuíram para o crescimento da violência (2006, p. 91).

Na economia globalizada, novos modos de produção possibilitam que um mesmo produto seja fruto da indústria de diferentes continentes, levando os países à intensa disputa por mercados para sua produção, não raro, de forma agressiva e predatória. A tecnologia permite que recursos cada vez mais significativos sejam transacionados pelo mundo, de forma quase que instantânea. O capital especulativo desbancou o produtivo e é a grande vedete da nova era. Se antes o dinheiro vinculava-se às formas de produção industrial em

locais certos, atualmente movimenta-se livremente, em direção às melhores taxas e remunerações, rompendo fronteiras de países e continentes em frações de segundo. Não há mais fidelidade a territórios e, tampouco, ao destino dos que ali vivem.

Assim, apesar de sua abrangência, a globalização não se configura como uma força propulsora de desenvolvimento dos povos ou de redução das desigualdades internacionais. Não se compromete com a elaboração de uma ordem econômica mais justa ou com a construção de um mundo com menos conflitos. O processo globalizatório reflete na urbanização de muitas cidades, que, nas últimas décadas, para atender às exigências de velocidade e urgência da nova ordem econômica, se transformaram rápida e desorganizadamente:

A verdadeira globalização consiste na violência que é perpetrada à maioria por meio dos mecanismos de produção de benefícios egoístas. (2006, p. 172)

A violência é o resultado de um encadeamento lógico de causas muitas vezes ilógicas: frustrações, dificuldades econômicas, políticas sociais inexistentes e racismo. Enquanto a violência social da metrópole é uma consequência lógica da violência da urbanização, esta, por sua vez, resulta da violência da globalização, desprovida de legitimidade social e literalmente “antisocial”, pois os benefícios não são distribuídos para a sociedade (2006, p. 76).

Incharam-se as cidades, esparramou-se a mancha urbana, mesmo diante do total despreparo destes locais para fazer frente às necessidades de multidões carentes de tudo. O resultado: exclusão de milhares de almas dos direitos mais fundamentais, como emprego, moradia, saúde, educação, transporte, lazer, segurança. Os benefícios da globalização não são distribuídos de forma equitativa.

Pedrazzini identifica esta exclusão como um violento processo a que é submetida, diariamente, essa população. Estaria aí configurada a violência da urbanização, situação antidemocrática de construção de uma sociedade global desigual e dividida (2006, p. 78).

Todos os dias surgem problemas que precisam de solução. Uma vez que o Estado não está presente para solucioná-los, cabe aos próprios habitantes dessas comunidades encontrar formas de seguir vivendo. As favelas são exemplo disso: diante da falta de moradias formais, integradas à cidade original, invade-se uma terra, constrói-se um barraco, resolve-se o problema da falta de teto. Sob a ótica do despossuído, favela é solução, mesmo que, para a cidade formal, se converta em um problema.

Desenvolvidas de forma desorganizada e precária, essas aglomerações urbanas não seguem as regras de planejamento e construção oficiais. Não há abertura prévia de ruas, não há distanciamento mínimo entre os imóveis, não há infraestrutura coletiva de água, de esgoto, de luz, não há respeito à propriedade da terra. Há apenas a urgência de se levantar paredes e teto para abrigar uma família. Como e onde puder.

No urbanismo do oprimido, o pobre se “defende na urgência e na improvisação para suprir a falta de projetos direcionados aos bairros desfavorecidos.” (2006, p. 122) Por menor que seja o local, por mais insalubre, distante ou perigoso, é o que se tem presentemente e é ali e daquela forma que a coisa irá acontecer. E de fato acontece.

Espaços exíguos, convivência forçada, falta de privacidade, insalubridade, desconforto, demandas essenciais não atendidas, e, em muitos casos, miséria. A violência social molda o território, excluindo progressivamente as favelas (2006, p. 101). Essa é a realidade de enorme contingente de pessoas, submetidas, diariamente, ao ocaso social e ao abandono estatal, verdadeiras formas de violência. Como exigir que, desse segmento social, não advenham outras formas de violência, nem tanto em resposta, mas como resultado natural de ação antecedente?

Pedrazzini critica a tradição de se atribuir aos pobres a característica de violentos, como se essa fosse uma qualidade a eles inerente. Aqui, o segundo grande ponto de suas reflexões, a saber, uma proposta de mudança de paradigma: focar na violência da urbanização e não na violência urbana.

Com a nova abordagem, as políticas públicas direcionadas para a solução do problema da violência urbana não mais poderão limitar-se à tradicional repressão aos autores do ato violento. As ações deverão ter seu campo ampliado e, necessariamente, considerar que os indivíduos violentos também são vítimas do sistema (2006, p. 171).

Pedrazzini propõe que a violência praticada pelos menos favorecidos passe a ser vista como uma reação à anterior violência a que são submetidos, uma forma encontrada por esses atores sociais para resolver, urgentemente, problemas prementes. A globalização transformou tão rápida, profunda e violentamente a cidade, que seus segmentos menos favorecidos (os mais atingidos pelo viés negativo deste processo) precisaram responder de forma urgente e improvisada, às vezes, violenta. Logo, os despossuídos não seriam violentos por opção, mas por falta de outra alternativa mais efetiva de solução de crise:

[a violência urbana] (...) é a última tática adotada quando já não há mais saída, mas, ao mesmo tempo, assenta os pilares de um estado novo da cultura da metrópole, a cultura da urgência, em que a violência é um modo de ação cada vez mais generalizado e banalizado, um meio e não um fim. Pois a maioria dos criminosos não é formada de pessoas particularmente más ou atraídas pela violência (2006, p. 77).

Haveria, assim, uma hierarquia das violências, em que “os de cima” violentam “os de baixo”, antes que estes sejam, por sua vez, violentos:

Eis o que separa a violência dos pobres da violência da urbanização: a primeira quando impera, é a violência da miséria refutada. (...) A barbárie da urbanização desigual é a causa da violência social: ela a precede e a prefigura. (...) Antes da violência do pobre existe a violência dos ricos, mesmo que seja a violência simbólica de suas riquezas (2006, p.76).

A violência urbana deveria ser vista como prática de sobrevivência muitas vezes obrigatória nessas comunidades, que lutam diariamente para sobreviver em condições muito adversas, um verdadeiro instrumento de luta, um meio relativamente eficaz para enfrentar a violência espacializada da globalização econômica – a urbanização (2006, p. 90). Diante da incerteza do futuro, que leva ao desequilíbrio, à angústia, alguma forma de violência há que insurgir.

A cidade tem “males”, reconhece Pedrazzini, e a violência é certamente um dos piores. Mas há também o mal da urbanização, que faz crescer as desigualdades, impõe a segregação social e espacial. Convencido de que a violência urbana deve ser compreendida como um fenômeno social, logo, inserido em um contexto mais complexo e abrangente, propõe uma abordagem sociológica da violência urbana, em detrimento da jurídica ou criminológica, formas tradicionais de tratar o tema:

Na favela global, a violência não é um fenômeno incoerente, mas uma prática social tão importante quanto outra qualquer. Cabe compreender o essencial dessa questão por meio de uma sociologia do subterrâneo, de um olhar que capte as relações intraurbanas latentes, as profundezas, as raízes da violência urbana, seu crescimento, os rizomas da violência como camadas de uma sociedade. (2006, p. 97)

O terceiro aspecto da obra a merecer destaque é a constatação de que qualquer projeto que se destine a resolver o problema da violência urbana passa, necessariamente, pela oitiva das populações de áreas violentas, e até dos autores dos atos de violência, sem o que lhe faltarão elementos e legitimidade. Registrando que raramente os habitantes dos bairros pobres são convidados a participar do projeto urbano, propõe como alternativa “o diálogo criativo com os indivíduos estigmatizados pelo poder (...), protagonistas subestimados da cidade inovadora” (2006, p. 149).

Somente aprendendo com o olhar do “outro” reverteremos a espiral da violência na selva da cidade (2006, p. 143-144).

Devemos escutar com os habitantes o pulsar das cidades para que possamos reescrever o romance da urbanização com suas próprias palavras (2006, p. 148).

Precisamos estabelecer novas relações de valores: os habitantes pobres querem o controle das iniciativas que lhes dizem respeito, querem escolher livremente as alianças que julgam necessárias para solucionar os problemas definidos por eles como prioritários (2006, p. 168).

4. O caso do Rio de Janeiro

4.1. O modelo segregacional carioca

Observando-se a dinâmica de ocupação do espaço urbano do Município do Rio de Janeiro, denota-se que a cidade organiza-se de acordo com distâncias sociais, de forma

hierarquizada, dividindo o território em função da lógica socioeconômica. A segregação urbana caracteriza-se por concentrar os elementos das camadas superiores principalmente no litoral da cidade (Zona Sul, Barra da Tijuca). Esses espaços privilegiados conjugam bela arquitetura, vista privilegiada, clima mais ameno, decorrente da brisa do mar, com grande oferta de serviços públicos e privados, atraindo a elite carioca.

Ali encontram-se 60,8% dos empresários, 67,5% dos dirigentes do setor privado, 80,3% dos dirigentes do setor público e 76,1% dos profissionais liberais, que, juntos, representam, apenas, 5,8% da população trabalhadora do município. A escolaridade média é de 9,7 anos nessas localidades, contra 5,7 das demais áreas da cidade e 4,1 nas favelas cariocas; 87% dos moradores são brancos, contra 54% no restante da cidade e 36% nas favelas; registre-se que um morador da favela ganha, em média, 13% do que ganha um morador dessas áreas exclusivas(5).

Tais dados nos levam a refletir, em um breve parêntese, sobre o pensamento de Bourdier (2010), e a concluir que esse pequeno, mas significativo número de pessoas, além do capital econômico, também detém o capital cultural e social em suas mãos, portando, assim, o poder simbólico, com todas as suas consequências, em especial, nas representações sociais do pobre, da favela e da violência.

A configuração espacial do Rio de Janeiro apresenta um aspecto peculiar: a presença de comunidades de baixa renda encravadas em pontos dos territórios aristocráticos da cidade. Essa é, talvez, a grande singularidade do modelo segregacional carioca: profunda distância social apesar de incontestável proximidade espacial.

4.2. O crescimento das favelas cariocas

Os primeiros resultados do Censo de 2010 já foram divulgados, registrando que a Cidade do Rio de Janeiro possui 15.993.583 habitantes. Destes, 15.466.966 moram em área urbana e 526.587 em área rural(6). De 1999 a 2008, a área da cidade ocupada por favelas cresceu em 3 milhões de metros quadrados. Parece muito. E é. Mesmo se considerarmos que isso significa que a mancha de favelas carioca variou de 42.894.464,17m² para 45.843.509.35m², ou seja, teve um crescimento de algo em torno de 6% (7). Parece pouco, mas não é.

Algumas comunidades viraram complexos e ultrapassaram os 50 mil habitantes. Diante desta realidade, difícil persistir a ideia de remoção como solução para os problemas decorrentes do processo de favelização da cidade. Em especial, o da violência urbana. Algo precisava ser feito e a fase das remoções havia sido superada. Políticas alternativas precisariam ser implementadas.

4.3. O Projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)

Na esteira deste pensamento, os atuais administradores da Cidade e do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, Eduardo Paes e Sérgio Cabral, romperam com o modelo

anterior de confronto e remoção e optaram por adotar uma abordagem cidadã. Inicialmente, reconheceram a responsabilidade do Estado Administrador no atual estado de coisas, por sua omissão. Ao mesmo tempo, compreenderam a necessidade de esse mesmo Estado tomar para si a solução futura da questão.

A primeira medida seria resgatar os territórios das mãos de traficantes e milicianos. As favelas cariocas são, há mais de três décadas, palco de constantes disputas por pontos de venda de entorpecentes, com traficantes de uma comunidade invadindo outras para tomar-lhes os negócios(8). Para isso, armaram-se pesadamente. Nos últimos anos, os bandidos expandiram sua esfera de atuação passando a explorar a venda de gás de cozinha, intermediar o fornecimento clandestino de canais fechados de TV, a instalação de “gatos” para eletricidade, comissão nos negócios envolvendo imóveis, participação nos lucros do comércio local a título de “proteção” etc.

A situação agravou-se com o surgimento de uma nova “classe” de meliantes: os milicianos, na sua maioria, policiais militares, bombeiros e policiais civis, da ativa ou ex-membros. Esses grupos passaram a disputar os territórios com os traficantes, expulsando-os de algumas favelas e tomando-lhes o lugar, para perpetuar as mesmas práticas abusivas. Os moradores livravam-se do jugo de uns e caíam no de outros.

Assim, em primeiro lugar, o governo precisava retomar o controle dessas áreas, para, somente depois, implementar as demais medidas tendentes a solucionar as demandas da população ali instalada.

Retomada, ocupação, fornecimento de serviços públicos. Nesta ordem.

O que fazer já estava decidido. Mas, como fazer? Por muitas vezes a Polícia subiu o morro, confrontou os traficantes, expulsando-os de lá. Porém, assim que os policiais deixavam o morro, os traficantes retornavam e tudo voltava a ser como antes. A população sofria os efeitos do enfrentamento sem, entretanto, ver melhorada a sua situação. Era preciso mudar a forma de atuação estatal.

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) surgiram como estratégia de implementação da política pública de pacificação das favelas. Compostas por policiais militares recém-formados, com orientação humanística e desvinculados dos vícios históricos da corporação militar carioca, caracterizam-se por ser uma força de ocupação permanente, de caráter social e de integração com a comunidade ocupada. São a ponta de lança das ações governamentais:

CONCEITO UPP: A POLÍCIA DA PAZ

A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a Polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades (...). As UPPs representam uma importante “arma” do Governo do Estado

do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. (...) As UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública (9).

Embora estejam nas favelas para fazer valer a lei e a ordem – afinal, são unidades de pacificação de territórios antes violentos –, não se configuram como forças de enfrentamento, mas de diálogo com a população local. As ações deverão ser, sempre que possível, de coordenação e não de subordinação.

Desde a primeira UPP, implantada em dezembro de 2008, no Morro Santa Marta, Botafogo, até fevereiro de 2011, 14 UPPs foram inauguradas (10). Seguem-se a elas ações que visam à cidadania como obras de infraestrutura, instalação de relógios individuais, abertura de ruas, formalização de endereços com numeração de casas e atribuição de CEPs. Convênios com concessionárias permitem a cobrança de tarifas sociais de água e luz, bem como preços reduzidos para o fornecimento de sinais de TV aberta e banda larga.

Agências bancárias privadas e oficiais são inauguradas, bem como postos de saúde, correio, creches e escolas. Convênios com o Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública foram firmados a fim de permitir que a cidadania também possa ser exercida através do acesso à Justiça. Novos equipamentos urbanos foram instalados a fim de aprimorar o acesso às favelas. Observa-se, assim, que as favelas não somente foram reconhecidas pelo poder público como se trabalha no sentido de integrá-las às estruturas formais da cidade. As palavras do secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro registram a mudança de paradigma relativamente às favelas e à violência urbana:

Podemos traduzir as causas da violência de diversas formas: desigualdade, falta de educação, corrupção, falta de assistência, falta de planejamento das cidades, enfim, inúmeras possibilidades. Podemos usar o legalismo para dizer que as favelas precisam ser demolidas, pois são invasões; ou defendê-las, afinal são brasileiros vítimas de um modelo econômico e histórico perverso. Tenho recebido e visitado os moradores dessas comunidades com frequência. Há uma tremenda dívida social que veio desde a colonização destas terras. A maioria negros, pardos, mulatos, pobres e muito pobres. Carências tão grandes que é preciso ajudá-los a pedir, pois lhes é difícil até priorizar as emergências.(11).

4.4. As UPPs e os pensamentos de Freitag e de Pedrazzini

Parece-nos que a administração pública do Rio de Janeiro constatou o que sugere Freitag: a favelização da cidade saiu do controle e é tarde para reverter o processo. Não será possível, a curto ou médio prazo, apagar da história do Rio de Janeiro as profundas marcas do violento esparramar da mancha de pobreza, muito presente e sólida, embora

desordenada. Em função das profundas feridas que deixou, demandaria tempo, dinheiro e vontade política de muitas legislaturas, o que não parece razoável diante da premente necessidade de solução do problema da violência urbana.

Perdemos o bonde e a cidade favelizou-se. Não seremos uma “cidade global” e tampouco podemos voltar a alimentar o sonho de nos tornarmos uma “metrópole”, estruturada, racional, organizada, com poucas diferenças sociais e econômicas, como as capitais setentrionais. No Rio de Janeiro, o trem descarrilou, com milhares de vítimas. Resta administrar a crise, controlar os danos.

O poder público, em *mea culpa*, reconhece que a omissão do Estado, sua ausência, há décadas, nos territórios empobrecidos do Rio de Janeiro, fez com que acumulasse uma vultosa dívida social com essa população, que precisa ser agora resgatada.

Também reconhece, como visto acima, que os desfavorecidos são “vítimas de um modelo econômico e histórico perverso”, e, portanto, merecem tratamento cidadão e não repressivo. Para isso estão sendo implementadas, não políticas de enfrentamento, mas práticas que possibilitem o diálogo com essas comunidades, mesmo as muito violentas, para que possam se expressar e apresentar suas demandas.

Neste sentido, as ações públicas coincidem com o pensamento de Pedrazzini, que propõe que se ouça a voz dos vistos como violentos e mesmo a voz dos violentos, já que, anteriormente, foram eles próprios vítimas de violência. Somente com medidas tendentes a eliminar a violência original, seguida da oitiva dos violentados (ainda que violentos), se pode por fim ao círculo vicioso da violência urbana. A violência, como forma de expressão, como prática de resistência, como solução de problemas urgentes, somente pode ser superada quando outros canais forem abertos para que os violentos possam se expressar, quando outras práticas sejam tão eficientes e efetivas quanto as violentas.

Há que se criar alternativas. As UPPs cariocas parecem se prestar a esse fim.

4.5. A percepção da população em face das UPPs

4.5.1. Números reveladores

Recentes pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais sobre a percepção popular acerca das Unidades de Polícia Pacificadoras(12) demonstram que o projeto é um sucesso.

A primeira delas foi realizada entre os dias 15 e 21 de janeiro de 2010 em comunidades que têm UPPs: nela, 93% dos entrevistados disseram que hoje, sua comunidade é segura, 86% acham que a favela está melhor com a UPP, 97% responderam que homens circulando armados acabaram ou diminuíram após a UPP, 92% afirmam que a venda de drogas acabou ou diminuiu, 97% registraram que os tiroteios acabaram ou diminuíram, 94% observaram que execuções acabaram ou diminuíram.

Em uma escala de zero a dez, 75% dos entrevistados atribuíram notas de sete a dez, quando se manifestaram acerca do desempenho das guarnições da UPP na manutenção da ordem e na relação com os moradores.

Relativamente ao relacionamento com as forças policiais, 80% responderam que, durante a ocupação, os policiais do BOPE(13), na relação com os moradores, foram cordiais/corretos ou firmes, mas sem violência; 80% acreditam que a Polícia Militar, após a instalação das UPPs, melhorou muito ou melhorou; destes, 95% disseram que isso ocorreu porque os policiais militares são cordiais/educados, honestos/corretos ou solícitos(14).

Até mesmo no que tange ao pagamento por serviços antes “gratuitos” (“gato” de luz) ou muito baratos (fornecimento clandestino de TV a cabo por milicianos ou traficantes), a população reagiu bem, com 54% informando que a mudança foi positiva, porque preferem tudo legalizado (42%), porque assim passam a ter direitos (29%), porque assim têm garantia do serviço (23%).

Com relação à autoimagem dessa população, 72% dos entrevistados se sentem mais respeitados pelas pessoas de fora da comunidade. Consultados acerca do relacionamento com o poder público, 75% entendem que a comunidade é mais ouvida após as UPPs e 71% consideram que a vida é melhor agora.

A pesquisa, porém, traz um alerta às autoridades: a população não está segura quanto à permanência das UPPs nas comunidades: 66% dos entrevistados têm noção de que a continuidade do projeto dependerá da vontade política do próximo governo e 68% temem a volta dos bandidos.

A segunda pesquisa ocorreu entre 21 e 26 de janeiro de 2010, em comunidades onde não existem UPPs. Responderam que já ouviram falar muito ou já ouviram falar das UPPs, 77% dos entrevistados, e que, pelo que ouviram falar, a implantação das UPPs nas comunidades foi uma medida ótima ou boa (72%). Consultados se seriam favoráveis à implantação de uma UPP em sua favela, 70% se disseram favoráveis ou muito favoráveis.

O entorno das comunidades ocupadas também se beneficiou com a medida. Na Zona Sul carioca, bairros como Copacabana, Ipanema e Botafogo observaram um verdadeiro *boom* nos valores de seus imóveis, para compra e venda e para locação. O mesmo ocorreu com a Tijuca, na Zona Norte, onde praticamente todos os morros foram pacificados, devolvendo a este bairro carioca a antiga tranquilidade.

Com esse estudo, um mito caiu: a de que os moradores da favela apoiam o tráfico e a violência.

4.6.2. A invasão do Complexo do Alemão – Zona Norte do Rio de Janeiro

Se vis pacem, para bellum(15)

Certamente a disparada de preços dos imóveis não se deve somente às UPPs. Também a expectativa da Copa do Mundo e das Olimpíadas, que terão lugar na cidade, bem como todas as obras de melhoramento que estão previstas para esses eventos, contribuíram.

Mas o clima da cidade, de alguma forma, mudou. Arrisca-se a dizer que uma certa descontração já pode ser observada no ar, especialmente, após a tomada do Complexo do Alemão, em poucas horas, sem confronto. Alguns mitos cariocas foram por terra com as UPPs, especialmente naquele domingo, 28 de novembro de 2010: o de que favelas dominadas pelo tráfico eram fortalezas inexpugnáveis, que traficantes lutariam pelo controle de seus territórios até a morte, que tinham mais poder bélico do que as forças oficiais, que o confronto seria inevitável e sangrento, que se pagaria alto preço pela invasão dos morros, traduzido na morte de centenas de inocentes.

Nada disso aconteceu em nenhuma das ocupações, nem mesmo na do temido Complexo do Alemão. O governo avisou com antecedência a data e hora de cada invasão, o BOPE invadiu as comunidades, não encontrou quase nenhuma resistência, e as favelas foram ocupadas sem mortos ou feridos porque os bandidos abandonam armas, drogas e território antes da data marcada para a invasão.

O caso do Complexo do Alemão foi, de fato, emblemático, em função de toda a expectativa que se tinha em relação a essa ocupação. Registre-se que a tomada dessas favelas foi precedida por dias de terror impingido à cidade pelos traficantes expulsos de outros morros, com a queima de veículos, arrastões, assaltos, ações ampla e insistentemente divulgadas pela mídia, alterando a rotina dos cariocas, que, tomados pelo pânico, evitavam sair às ruas.

Ver as forças oficiais adentrarem o Complexo do Alemão, destruindo os obstáculos com blindados de guerra, passando por cima de todas as barricadas como se brinquedos fossem, ocuparem toda a área em poucas horas, foi, no mínimo, sensacional.

A cobertura ao vivo, dada pela mídia, permitiu que tudo pudesse ser acompanhado em detalhes, por rádio, TV ou internet, dentro e fora do país. Essa simultaneidade conferiu cores especiais ao evento, transformou-o em espetáculo, em verdadeiro acontecimento de ruptura (BAUDRILLARD, 2004, p. 52) em especial o *grand finale*, a “cereja do bolo”: as imagens dos traficantes fugindo “como ratos” e as bandeiras oficiais sendo hasteadas.

Onde a inexpugnabilidade do território? Onde o destemor dos bandidos? Onde a batalha sangrenta até a morte? Onde o crime organizado?

O que se viu foram centenas de rapazes franzinos, quase meninos, assustados, confusos com o que acontecia, correndo para todos os lados, sem plano, sem rumo, aos bandos, desesperados, largando, para trás, milhões em armamentos e drogas. Armados, mas nem por isso menos impotentes diante do Estado que, finalmente, decidiu se impor e recuperar para a sociedade o controle do que, indevidamente, lhe saíra das mãos.

A população se viu revigorada naquele dia. Não só os moradores das comunidades carentes ou os demais habitantes do Rio de Janeiro, mas toda a população brasileira. Aquela

ocupação transformou-se num marco para a história da cidade, confirmando a tese de que o problema do combate à violência pública sempre foi e será uma questão de vontade política, nada mais. Não há peito de aço, não há armas invencíveis, nem quadrilhas organizadas. Há administradores omissos, corruptos, irresponsáveis e desinteressados. Apenas isso. Quando se quer, pode-se virar o jogo. E, pelo visto, o Rio de Janeiro resolveu querer.

Uma onda de esperança atingiu os cariocas que, de repente, passaram a ter do que se orgulhar. Depois de tantos anos cabisbaixos, vendo a cidade sofrer toda a forma de vilipêndio, parece que há o que possa ser feito.

5 - Considerações finais

Vive-se uma era pós-utópica, de certo desencanto, em que o mito da cidade compartilhada, amigável, de união, *locus* da convivência e solidariedade, parece ter sido superado, desacreditado pela realidade diária que a violência urbana impõe.

Entretanto, como viver sem encantamento? A população carioca, em especial, reconhecida por sua alegria e descontração, busca, há tempos, reencantar-se. Seriam as UPPs um caminho? Através da pacificação das comunidades, pontes poderiam ser construídas para unir a cidade? Ao menos, diminuir as distâncias? Que amálgama seria capaz de por fim a tanta fragmentação? Que roteiro poderia ser escrito para conduzir ao entendimento partes tão apartadas?

Intentou-se, com as remoções, o resgate do projeto moderno de cidade: ordem, racionalidade, limpeza, assepsia, mas o que se viu foi a consolidação de dualidades: cidade rica x pobre, limpa x suja, morro x asfalto, brancos x pretos. A pós-modernidade não absorveu estes binômios, entendendo que tudo se integra, se mistura, se confunde, não havendo começo e fim, mas interação, relação, imbricamento, simultaneidade. Apesar disso, a partição sempre esteve presente no imaginário carioca. Aqui, a noção de urbanismo sempre foi excludente e as reformas não foram para todos. A secular fragmentação restringiu as comunicações, desincentivou as práticas de reciprocidade, levando ao afastamento.

Eis um grande questionamento da atualidade: o que fazer para transformar as cidades em espaços intensivos, onde fluxos afetivos possam coexistir, em substituição à indiferença, à insegurança, à hostilidade atuais? O Rio de Janeiro apostou nas UPPs, como primeiro passo de uma caminhada que se prevê longa.

As reflexões de Freitag levaram à constatação de que, não havendo mais possibilidade de se almejar a metrópole ou a cidade global, resta à cidade se assumir como megalópole e administrar os danos daí decorrentes. É o *Rio possível*, no sentido de ser apenas o que ora dá para ser, uma cidade em crise, que precisa ser contornada. Sem maiores aspirações. Mas talvez assim não seja. Talvez se possa pensar a expressão *Rio possível* sob uma perspectiva mais otimista, como uma cidade que aponta para *possibilidades*, se mostra viável, caso consiga romper com algumas representações.

Os blocos de carnaval, que voltaram com toda a força nos últimos anos, demonstram o prazer do carioca em retomar às ruas, reconquistar o espaço público urbano, com milhares de pessoas advindas de toda a parte brincando juntas, em paz, celebrando coletivamente a liberdade recém-conquistada. Morro e asfalto dançando e cantando no mesmo lugar, descontraídos e alegres. Pelo menos ali a convivência dos “diferentes” tem se mostrado possível.

As barricadas do tráfego foram postas abaixo, muros de concretos que apartavam a cidade “legal” da “real”, foram destruídos. Mas há outros tantos a derrubar. Esses, simbólicos. A pacificação também precisará atingir o coração da sociedade carioca, que parece estar mais otimista. A questão é se este otimismo será suficiente para “desarmar” os espíritos e permitir a aproximação. O tempo dirá.

Notas

- 1) Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Art. 429 - A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos: (...) VI - urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras: (...)
- 2) SASSEN, Saskia (org.) (2002) *Global Networks*. Linked Cities. Nova York / Londres: Routledge
- 3) Freitag refere-se à obra *Cities in a world economy*, de Saskia Sassen, que esclarece: “As cidades globais são sítios fundamentais para os meios modernos de serviços e telecomunicações, necessárias para efetivar a gestão das operações econômicas globais. Elas também tendem a concentrar as sedes de firmas, especialmente firmas que operam em mais de um país”.
- 4) PEDRAZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- 5) Segundo dados divulgados em *Moradia, segregação, desigualdade e sustentabilidade urbana*. In: Rio Estudos número 13, Maio de 2001, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, disponível em <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/> .
- 6) Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj>
- 7) Disponível em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscarriocas/download/2416_o_efeito_da_presenca_governamental_sobre_a_expansao_das_favelas_o_Rio.pdf
- 8) Furto de energia das redes oficiais e instalação clandestina em residências.
- 9) Apresentação das UPPs pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, no site oficial do Projeto. Disponível em http://upprj.com/wp/?page_id=20
- 10) Andaraí, Babilônia/Chapéu-Mangueira, Batam, Borel, Cidade-de-Deus, Formiga, Macacos, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Providência, Salgueiro, Santa Marta, Tabajaras/Cabritos, Turano.
- 11) Disponível em <http://upprj.com/wp/?p=175>
- 12) Disponível em: http://www.ibpsnet.com.br/v1/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=34&Itemid=57
- 13) Batalhão de Operações Especiais, tropa de elite da Polícia Militar Carioca, encarregada de tomar as favelas das mãos dos traficantes / milicianos, ocupá-las, possibilitando a posterior instalação das UPPs.
- 14) Registre-se que os Policiais Militares que integram as UPPs são recém-egressos dos cursos de formação, não tendo tido contato com os demais integrantes da corporação.
- 15) Brocardo latino significando “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”.

Referências Bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean; MORIN, Edgar. *A violência do mundo*. Rio de Janeiro: Anima Editora, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.
- FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.
- SABATO, Ernesto. *A resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- PEDRAZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- VALADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ZALUAR, Alba. ALVITO, Marcos (orgs.). 5ª. ed. *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

(Recebido para publicação em 23/09/2011)

